



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE RONDÔNIA

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DE RONDONIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026

Processo Administrativo nº 26.22.000000339-4

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o(a) Conselho Regional de Medicina de Rondônia, por meio do(a) Setor de Compras, sediado Avenida dos Imigrantes, 3414, CRM-RO, bairro Liberdade, na cidade de Porto Velho/RO, e-mail: *licitacao@cremero.org.br*, CEP 76803-850, realizará licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, na forma Eletrônica, com critério de julgamento Menor Preço, modo aberto, Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Data da Sessão Pública: **11/06/2026**

Hora Inicial: **10:00**

Estimativa do valor total: **R\$ 22.590,73 (vinte e dois mil, quinhentos e noventa reais e setenta e três centavos).**

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é Aquisição de materiais de consumo (limpeza e expediente) e de bens permanentes de pequeno e médio porte, destinados ao atendimento das necessidades administrativas e operacionais do Conselho Regional de Medicina do Estado de Rondônia – CREMERO, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em grupos, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência ITEM 1, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE RONDÔNIA

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Para Todos os itens contidos nos lotes grupos a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

2.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.8. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123 de 2006.

2.9. Não poderão disputar esta licitação:



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE RONDÔNIA

- 2.9.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 2.9.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
- 2.9.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 2.9.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 2.9.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 2.9.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1996, concorrendo entre si;
- 2.9.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.9.8. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 2.9.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
- 2.9.10. pessoas físicas;
- 2.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3. ORÇAMENTO ESTIMADO SIGILOSO

- 3.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE RONDÔNIA

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE RONDÔNIA

não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.6. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.6.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.6.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.6.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.6.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.6.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.6.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.6.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.6.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.6.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.6.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

4.6.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.7. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE RONDÔNIA

4.8. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3, 4.5 ou 4.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.12.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.12.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.13. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.

4.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.12 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE RONDÔNIA

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos: Observar o Termo de referência e tabela de propostas.

LOTES (GRUPOS)

5.1.1. Valor expresso em Reais (R\$).

Seq	Item/Grupo	Periodicidade
1	LOTE GRUPO I	Total
2	LOTE GRUPO II	Total
3	LOTE GRUPO III	Total

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência.

5.6. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.7. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.8. Os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;

5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE RONDÔNIA

erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valor entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de

Seq	Item/Grupo	Intervalo Mínimo (em R\$)
1	LOTE GRUPO I	R\$ 5,00
2	LOTE GRUPO II	R\$ 5,00
3	LOTE GRUPO III	R\$ 5,00



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE RONDÔNIA

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto.

6.11. No modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação .

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o , auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE RONDÔNIA

6.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

6.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.20.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE RONDÔNIA

6.20.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.20.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

6.20.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

6.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.21.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.21.2. empresas brasileiras;

6.21.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.21.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.23.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.23.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.23.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.23.4. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE RONDÔNIA

realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.23.5. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 2.9 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

7.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

7.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

7.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

7.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE RONDÔNIA

7.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. contiver vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência.

7.7.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.9. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

7.9.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.9.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.10. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.12. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE RONDÔNIA

7.13. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.14. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. DO TERMO DE CONTRATO

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente

9.2. A existência do registro do Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE RONDÔNIA

10.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Conforme termo de referência. Anexo I deste edital.

11.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Pregoeiro/a durante o certame;

11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE RONDÔNIA

- 11.1.2.4. deixar de apresentar amostra; ou
- 11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 11.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 11.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 11.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 11.1.6. fraudar a licitação;
- 11.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 11.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 11.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 11.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 11.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: www.compras.gov.br/ licitacao@cremero.org.br
- 12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 12.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE RONDÔNIA

12.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://sistemas.cfm.org.br/licitacao/>

13.11. Havendo divergência entre a descrição dos itens cadastrados no sistema Compras.gov.br e as especificações técnicas estabelecidas neste Edital, especialmente no Termo de Referência, prevalecerão, para todos os efeitos, as especificações constantes do Termo de Referência e demais anexos do Edital.



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE RONDÔNIA

13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

13.11.1. ANEXO I - Termo de Referência.

13.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Modelo da Proposta

13.11.1.1. Apêndice do Anexo II – Minuta de Contrato

Porto Velho, 31 de março de 2026.

João Paulo Cuadal Soares

Presidente/Autoridade Competente

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA - RO

Termo de Referência 2/2026

Informações Básicas

Número do artefato UASG Editado por Atualizado em
2/2026 389179-CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA - RO LARISSA KLINGENFUS MOITINHO 20/05/2026 17:28 (v 0.8)
Status
ASSINADO

Outras informações

Categoria Número da Contratação Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo 26.22.000000339-4

1. 1. OBJETO

Aquisição de materiais de consumo (limpeza e expediente) e de bens permanentes de pequeno e médio porte, destinados ao atendimento das necessidades administrativas e operacionais do Conselho Regional de Medicina do Estado de Rondônia – CREMERO.

PLANILHAS DETALHADAS POR LOTES

LOTE I – MATERIAL DE EXPEDIENTE

ITEM	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
01	Pasta tipo AZ lombo largo – Medindo aproximadamente 285 mm x 350 mm, lombada de 70 mm, tamanho ofício, com bolsa plástica transparente para etiqueta (etiqueta inclusa), ferragem tipo alavanca e compressor em metal cromado não oxidável, com orifício na lombada e ponteiras metálicas nas partes inferiores. Confeccionada em papelão rígido, revestimento interno e externo em plástico resistente, cor preta.	Unidade	30
02	Tesoura multiuso – Tesoura de uso geral em aço inoxidável, sem ponta, cabo em polipropileno, indicada para uso em escritório. Dimensões aproximadas: 27,5 cm x 10 cm.	Unidade	20
03	Papel sulfite A4 75 g/m² – Caixa contendo 10 resmas com 500 folhas cada (total de 5.000 folhas). Dimensões A4 (210 x 297 mm). Papel de boa qualidade para impressões nítidas e compatível com impressoras e copiadoras.	Caixa	15
04	Caneta marca-texto – Cor amarela, ponta larga aproximada de 4 mm, tinta que não mancha o verso da folha. Fornecimento em caixas com 12 unidades.	Caixa	10
05	Fita adesiva transparente – Dimensões aproximadas de 45 mm x 100 m. Embalagem contendo 4 rolos. Material em filme plástico transparente de alta resistência.	Unidade	10
06	Fichário de mesa A4 ordem alfabética – Estrutura em aço resistente, tampa em poliestireno, capacidade para até 500 fichas 5x8 (12,7 cm x 20,4 cm). Dimensões aproximadas: 27 cm (comprimento) x 23 cm (largura) x 15 cm (altura). Acompanha divisória interna móvel e índices alfabéticos A–Z.	Unidade	30

LOTE II – MATERIAL DE LIMPEZA

ITEM	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
01	Papel toalha – Folha dupla, cor branca, multiuso e resistente, medindo aproximadamente 19 cm x 22 cm. Fornecimento em fardo contendo 12 pacotes com 2 rolos cada.	Fardo	30
	Papel higiênico – Folha dupla, macio, alta absorção, 100% fibras celulósicas, solúvel em água, dimensões		

02	aproximadas de 10 cm x 60 m. Pacote contendo 12 rolos. Fardo com 4 pacotes.	Fardo	20
03	Desodorizador de ambiente spray – Aroma agradável, embalagem de aproximadamente 360 ml, livre de CFC. Fornecimento em caixas contendo 12 unidades.	Caixa	05
04	Detergente Neutro 500ml Líquido - Modelo : Neutro, Formato: Líquido , Tipo de embalagem: Squeeze - Volume líquido: 500 mL - caixa com 24 unidades cada	Caixa	05
05	Desinfetante multiuso – Produto biodegradável, aroma agradável, embalagem de 500 ml, com registro na ANVISA. Validade mínima de 12 meses a partir da entrega.	Unidades	30
06	Sabão em pó – Produto concentrado e biodegradável, embalagem de 5 kg, contendo identificação do fabricante, composição, lote e validade mínima de 12 meses.	unidade	15
07	Pedra sanitária – Peso aproximado de 25 g, com gancho e rede de proteção, aromas variados. Cartela contendo 12 unidades. Produto com identificação do fabricante, data de fabricação e validade.	Cartela	20
08	Pano de chão – Confeccionado em 100% algodão cru, dimensões mínimas aproximadas de 76 cm x 48 cm.	unidade	80
09	Naftalina (embalagem de 50gr) Largura: 2 cm, Comprimento: 2 cm, Diâmetro: 2 cm, A , Material com pedra, Cor: Branca	unidade	100
10	Desumidificador anti-mofo – Embalagem em pote com peso aproximado de 180 g, aroma variado. Dimensões aproximadas: 11 cm x 8 cm x 15 cm.	Unidade	50
11	Esponja de limpeza dupla face – Fabricada em poliuretano e fibra sintética, bactericida, medidas aproximadas de 110 mm x 75 mm x 20 mm. Pacote contendo 4 unidades.	Pacote	12
12	Inseticida aerossol – À base de água, sem cheiro, sem CFC, com registro na ANVISA. Embalagem aproximada de 380 ml. Validade mínima de 12 meses. Caixa com 12 unidades.	Caixa	3
13	Saco para lixo 100 litros – Cor preta, dimensões aproximadas de 75 cm x 105 cm, em polietileno resistente. Fardo contendo 100 unidades.	Fardo	20
14	Saco para lixo 30 litros – Cor preta, dimensões aproximadas de 39 cm x 58 cm, confeccionado em polietileno resistente. Fardo contendo 100 unidades.	Fardo	20
15	Saco para lixo 50 litros – Cor preta, dimensões aproximadas de 63 cm x 80 cm, confeccionado em polietileno resistente. Fardo contendo 100 unidades.	Fardo	20

LOTE III – EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS DE LIMPEZA

ITEM	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
01	Lavadora de alta pressão – Potência mínima de 1.400 W, frequência de 60 Hz, pressão mínima de 1.500 PSI, vazão mínima de 330 L/h, bico com jato regulável, mangueira de nylon com comprimento mínimo de 5 metros, conexão por engate rápido, motor universal, filtro de água, classe de isolamento II, índice de proteção IPX5, certificação pelo INMETRO, ou equivalente.	unidade	01
02	Carrinho de transporte – Capacidade mínima de 150 litros e carga entre 100 kg e 120 kg. Estrutura em aço carbono com tratamento anticorrosivo. Rodas resistentes (02 fixas e 02 giratórias), com movimentação suave. Dimensões aproximadas: comprimento de 900 a 1080 mm, largura de 520 a 610 mm e altura de 950 a 1050 mm, ou equivalente.	unidade	01
03	Aspirador de pó – Capacidade mínima de 30 litros, potência mínima de 2.000 W, alimentação elétrica com fio, voltagem bivolt, nível de ruído aproximado de 82 dB. Dimensões aproximadas: 41 cm x 28 cm x 22 cm, ou equivalente.	unidade	02
04	Esfregão rotativo tipo mop – Em microfibra, com balde em polipropileno e sistema de centrifugação com rotação 360°, cabo em aço inoxidável com inclinação de até 180°, base giratória, acompanhado de no mínimo 02 (dois) refis de microfibra. Capacidade aproximada do balde de 8 litros. Dimensões aproximadas de 24 cm x 43,5 cm x 22 cm. Produto devidamente identificado, ou equivalente.	unidade	04
05	Máquina de lavar roupas – Capacidade mínima de 12 kg, com no mínimo 10 programas de lavagem, 4 níveis de água, cesto em inox com base em material resistente, display digital, indicação das etapas de lavagem, abertura superior, pés niveladores, dispenser para sabão, alvejante e amaciante, desligamento automático, funções de enxágue e molho. Dimensões aproximadas: altura de 101 cm, largura de 58 cm e profundidade de 60 cm. Peso mínimo de 32 kg. Alimentação elétrica bivolt. Garantia mínima de 12 meses. Acompanha mangueira de entrada, copo dosador e manual de instruções, ou equivalente.	unidade	01

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A presente solicitação tem por objeto a aquisição de materiais de consumo (limpeza e expediente) e de bens permanentes de pequeno e médio porte, com a finalidade de atender às necessidades administrativas e operacionais do Conselho Regional de Medicina do Estado de Rondônia – CREMERO.

Os materiais de limpeza são indispensáveis para a adequada higienização, conservação e organização das dependências da instituição, garantindo condições de salubridade, segurança e conforto para servidores, colaboradores, estagiários, terceirizados, membros do corpo diretivo e público externo que frequentam diariamente o órgão.

Considerando o funcionamento contínuo do CREMERO e a significativa circulação de pessoas em suas dependências, a limpeza dos ambientes deve ocorrer de forma regular e, em alguns casos, mais de uma vez ao dia, especialmente em locais de uso coletivo, como recepção, sanitários, corredores e áreas comuns, o que torna essencial a disponibilidade permanente desses insumos.

Os materiais de expediente, por sua vez, são fundamentais para o desenvolvimento das rotinas administrativas, incluindo o trâmite de processos, elaboração de documentos oficiais, organização de arquivos e suporte às atividades dos diversos setores da Autarquia, sendo itens de uso contínuo e indispensáveis ao regular funcionamento institucional.

Já os bens permanentes previstos na contratação destinam-se ao apoio das atividades operacionais e administrativas, especialmente no que se refere à execução e otimização dos serviços de limpeza e conservação, contribuindo para maior eficiência, produtividade e adequação da infraestrutura disponível.

A adequada disponibilização desses materiais e equipamentos contribui diretamente para:

- a continuidade das atividades institucionais;
- a melhoria das condições de trabalho e atendimento ao público;
- a redução de riscos ocupacionais e ambientais;
- o cumprimento das normas de segurança e saúde no trabalho;
- a preservação do patrimônio público, mediante adequada conservação de bens e instalações.

Ressalta-se que a ausência ou insuficiência desses itens compromete a execução das atividades administrativas e operacionais, podendo ocasionar prejuízos à qualidade dos serviços prestados, à imagem institucional e às condições de segurança e saúde dos usuários.

Dessa forma, a contratação pretendida mostra-se necessária, adequada e alinhada aos princípios da eficiência, continuidade do serviço público e boa gestão dos recursos públicos, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

A solução consiste na contratação de empresa especializada para o fornecimento de materiais de consumo (limpeza e expediente) e de bens permanentes de pequeno e médio porte, destinados ao atendimento das necessidades administrativas e operacionais do Conselho Regional de Medicina do Estado de Rondônia – CREMERO.

Os itens a serem adquiridos encontram-se organizados em lotes, conforme sua natureza e similaridade, sendo:

- Lote I – Materiais de expediente;
- Lote II – Materiais de limpeza e higienização;
- Lote III – Equipamentos e utensílios de apoio à limpeza.

A contratação tem por finalidade assegurar o abastecimento contínuo dos insumos necessários ao regular funcionamento das atividades institucionais, bem como proporcionar melhores condições de trabalho, organização e conservação dos ambientes da Autarquia.

Os materiais de consumo serão fornecidos de forma parcelada, conforme a demanda da Administração, enquanto os bens permanentes serão entregues de acordo com as especificações estabelecidas, garantindo apoio adequado às atividades operacionais.

As especificações técnicas detalhadas dos itens, bem como os quantitativos estimados, encontram-se descritos nas planilhas por lote constantes neste Termo de Referência e no Estudo Técnico Preliminar, que o integra para todos os fins.

A solução proposta observa os princípios da eficiência, economicidade e continuidade do serviço público, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

4. REQUISITO DA CONTRATAÇÃO

A contratação de empresa especializada para o fornecimento de materiais de consumo (limpeza e expediente) e bens permanentes de pequeno e médio porte justifica-se pela necessidade de atendimento contínuo às demandas administrativas e operacionais do Conselho Regional de Medicina do Estado de Rondônia – CREMERO.

Os itens a serem adquiridos são indispensáveis para garantir o regular funcionamento das atividades institucionais, abrangendo desde a execução de rotinas administrativas até a manutenção da higiene, conservação e organização dos ambientes.

Requisitos Gerais

A empresa contratada deverá:

- Fornecer produtos novos, de primeiro uso, não sendo aceitos itens recondicionados ou remanufaturados;
- Cumprir integralmente as especificações técnicas constantes neste Termo de Referência;
- Realizar as entregas dentro dos prazos estabelecidos;
- Garantir a qualidade, eficiência e segurança dos produtos fornecidos;
- Observar as normas técnicas e regulamentações aplicáveis, especialmente aquelas expedidas por órgãos competentes, como a ANVISA, quando aplicável.

Requisitos dos Produtos

Os produtos deverão:

- Ser entregues em embalagem original do fabricante, lacrada e devidamente identificada;
- Conter informações claras quanto ao fabricante, lote, data de fabricação e prazo de validade;
- Apresentar validade mínima de 12 (doze) meses a partir da data de entrega, quando aplicável;
- Estar em perfeitas condições de uso, sem avarias ou irregularidades.

Requisitos Específicos por Natureza

a) Materiais de Limpeza:

- Atender às normas sanitárias vigentes;
- Possuir registro ou regularização junto à ANVISA, quando exigido;
- Apresentar, quando aplicável, Ficha de Informação de Segurança de Produtos Químicos (FISPQ).

b) Materiais de Expediente:

- Possuir padrão de qualidade compatível com uso institucional;
- Ser adequados ao uso em atividades administrativas e de escritório;
- Apresentar durabilidade e resistência compatíveis com sua finalidade.

c) Bens Permanentes:

- Ser novos, sem uso, e provenientes de fabricantes reconhecidos;
- Possuir garantia mínima de 12 (doze) meses;
- Atender às normas técnicas brasileiras aplicáveis, incluindo certificações do INMETRO, quando cabível;
- Ser entregues com manual de instruções e todos os acessórios necessários ao seu pleno funcionamento.

Garantia dos Produtos

A contratada deverá:

- a) Observar o disposto na Lei nº 8.078/1990;
- b) Substituir, sem ônus adicional, produtos com defeito, danificados ou em desacordo com as especificações;
- c) Realizar a substituição por itens de mesmas características ou superiores, mediante aprovação da Administração.

Exigências Legais e Contratuais

A contratada deverá atender às disposições da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à:

- Regularidade fiscal e trabalhista;
- Qualificação técnica;
- Cumprimento das obrigações contratuais;

Sendo responsável ainda por:

- Garantir a conformidade dos produtos com as especificações;
- Assumir responsabilidade por danos decorrentes do fornecimento;
- Não fornecer produtos em desacordo com este Termo de Referência.

Sustentabilidade e Responsabilidade Ambiental

A contratação deverá observar critérios de sustentabilidade, em conformidade com a legislação vigente, especialmente a Lei nº 12.305/2010.

Deverão ser adotadas, sempre que possível, as seguintes práticas:

- Preferência por produtos biodegradáveis;
- Utilização de embalagens recicláveis ou reutilizáveis;
- Redução da geração de resíduos;
- Incentivo à logística reversa.

A contratada deverá apresentar, quando exigido, declaração de sustentabilidade ambiental ou documento equivalente, comprovando a adoção de práticas ambientalmente adequadas.

5. OBRIGAÇÕES CREMERO E CONTRATADA

OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE (CREMERO)

A Contratante deverá:

- a) Exigir o fiel cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada, conforme os termos deste Termo de Referência e da proposta apresentada;
- b) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, por meio de servidor formalmente designado, registrando eventuais falhas e adotando as medidas cabíveis;
- c) Notificar a contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a devida correção;

- d) Efetuar o pagamento à contratada, nos prazos e condições estabelecidos, desde que cumpridos os requisitos legais e contratuais;
- e) Realizar as retenções tributárias cabíveis, conforme a legislação vigente;
- f) Fornecer as informações e esclarecimentos necessários ao adequado cumprimento do objeto contratado.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A Contratada deverá:

- a) Fornecer os itens conforme as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta apresentada;
- b) Garantir que todos os produtos sejam novos, de primeiro uso, de boa qualidade e em conformidade com as normas aplicáveis;
- c) Realizar a entrega dos produtos adequadamente acondicionados, em embalagens originais, sem violação, garantindo sua integridade durante o transporte e armazenamento;
- d) Responsabilizar-se pela substituição, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, de itens que apresentem defeitos, vícios ou estejam em desacordo com as especificações;
- e) Garantir que as embalagens contenham todas as informações exigidas pela Lei nº 8.078/1990 e demais normas aplicáveis;
- f) Assegurar que os produtos atendam aos critérios de sustentabilidade, sempre que possível, conforme diretrizes da Instrução Normativa nº 01/2010;
- g) Indicar endereço eletrônico (e-mail) válido para recebimento de comunicações oficiais, aceitando como válidos os documentos enviados por esse meio, inclusive Nota de Empenho;
- h) Informar corretamente os dados bancários na Nota Fiscal para fins de pagamento;
- i) Cumprir todas as obrigações previstas na Lei nº 14.133/2021, respondendo por quaisquer danos decorrentes do fornecimento;
- j) Manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação.

6. SELEÇÃO DE FORNECEDOR E PROPOSTA E MODALIDADE

MODALIDADE

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento **MENOR PREÇO POR LOTE**, visando à seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, considerando o atendimento integral das especificações constantes neste Termo de Referência.

A adoção da modalidade pregão justifica-se por se tratar de aquisição de bens comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos neste instrumento, conforme previsto no art. 6º, inciso XLI, da Lei nº 14.133/2021.

PROPOSTA

A proposta deverá ter validade mínima de 90 (noventa) dias e conter:

- a) Preços unitários expressos em algarismos arábicos, com no máximo duas casas decimais;
- b) Preço total por lote, expresso em algarismos arábicos e por extenso, em moeda corrente nacional;
- c) Identificação da empresa, com indicação do CNPJ;
- d) Dados bancários (banco, agência e conta corrente) para fins de pagamento.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO E FORMA DE PARTICIPAÇÃO

Em observância aos princípios da eficiência, economicidade e vantajosidade, as propostas deverão contemplar a **totalidade dos itens que compõem cada lote**, não sendo admitidas propostas parciais.

Assim, os licitantes deverão apresentar proposta para o conjunto completo de itens de cada lote, conforme especificações constantes neste Termo de Referência, sob pena de desclassificação.

JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA POR LOTE

A adoção do critério de julgamento por lote justifica-se pela necessidade de promover maior eficiência administrativa, economicidade e otimização logística na execução contratual.

Os itens foram agrupados em 03 (três) lotes, conforme sua natureza e similaridade técnica, sendo:

- Lote I – Material de Expediente;
- Lote II – Material de Limpeza e Higienização;
- Lote III – Equipamentos e Utensílios de Limpeza.

Tal agrupamento possibilita:

- ganho de escala na aquisição dos itens;
- redução de custos administrativos e operacionais;
- maior facilidade na gestão e fiscalização contratual;
- padronização no fornecimento dos materiais.

Ressalta-se que a divisão por lotes foi estruturada de forma a não restringir a competitividade do certame, estando compatível com as práticas de mercado, em conformidade com os princípios previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

7. FISCALIZAÇÃO

FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor formalmente designado como fiscal do contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, em conformidade com a Portaria CREMERO nº SEI-48/2024.

Compete ao fiscal do contrato:

- acompanhar e conferir a entrega dos materiais, verificando sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência;
- registrar, em meio próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução contratual;
- notificar a contratada, por escrito, sobre falhas, irregularidades ou descumprimento contratual, fixando prazo para correção;
- atestar o recebimento provisório e definitivo dos materiais, após verificação da conformidade;
- comunicar ao gestor do contrato situações que demandem providências além de sua competência.

A gestão do contrato será exercida por servidor designado como gestor do contrato, a quem competirá:

- coordenar o acompanhamento da execução contratual;
- analisar os registros realizados pelo fiscal do contrato;
- adotar as providências necessárias em caso de descumprimento contratual;
- encaminhar a documentação necessária para fins de liquidação e pagamento;
- acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada;
- propor a aplicação de sanções, quando cabível.

As comunicações entre a Contratante e a Contratada deverão ser formalizadas por escrito, preferencialmente por meio eletrônico, utilizando-se o Sistema Eletrônico de Informações (SEI) ou e-mail institucional.

A Contratada deverá indicar preposto responsável pela execução do contrato, informando nome completo, CPF, telefone e endereço eletrônico para contato.

Eventuais ocorrências que possam comprometer a execução do contrato deverão ser comunicadas imediatamente à Contratante, para adoção das medidas cabíveis.

8. SUBCONTRATAÇÃO

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

9. RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO

EXECUÇÃO, RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

A execução do objeto ocorrerá mediante entrega dos materiais de consumo (limpeza e expediente) e bens permanentes, conforme especificações constantes neste Termo de Referência.

O prazo para entrega será de até **15 (quinze) dias úteis**, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho, que será encaminhada ao endereço eletrônico informado pela contratada.

As entregas deverão ocorrer na sede do Conselho Regional de Medicina do Estado de Rondônia – CREMERO, localizada na Avenida dos Imigrantes, nº 3414, Bairro Liberdade, Porto Velho/RO, no horário das 08h às 11h e das 14h às 16h, de segunda a sexta-feira, no setor responsável pelo recebimento/almojarifado, mediante prévio agendamento com o fiscal do contrato.

Caso haja impossibilidade de cumprimento do prazo estabelecido, a contratada deverá comunicar formalmente à Contratante, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis, apresentando as devidas justificativas, que serão analisadas conforme a legislação vigente.

Recebimento Provisório

O recebimento provisório ocorrerá no ato da entrega, mediante conferência física e documental dos itens pelo fiscal do contrato, com verificação quantitativa e das condições aparentes dos produtos.

Recebimento Definitivo

O recebimento definitivo será realizado no prazo de até **05 (cinco) dias úteis**, contados do recebimento provisório, após verificação da qualidade, conformidade e adequação dos materiais às especificações estabelecidas.

Condições de Aceitação

A Contratante realizará inspeção dos itens entregues, podendo:

- verificar a integridade das embalagens, especialmente de produtos líquidos, que não poderão apresentar vazamentos ou avarias;
- avaliar a qualidade dos materiais fornecidos;
- conferir a conformidade com as especificações deste Termo de Referência.

Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando:

- estiverem em desacordo com as especificações;
- apresentarem defeitos, avarias ou baixa qualidade;
- apresentarem embalagem violada ou inadequada;
- estiverem fora do prazo de validade, quando aplicável.

Nos casos de rejeição, a contratada deverá realizar a substituição dos itens no prazo máximo de **05 (cinco) dias corridos**, sem ônus para a Administração.

10. REAJUSTE

Os preços inicialmente contratados serão fixos e irreajustáveis pelo período de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado da contratação, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Após o interregno mínimo de 12 (doze) meses, os preços poderão ser reajustados mediante solicitação da contratada, observada a variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

O reajuste será calculado mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$R = V \times (I - I_0) / I_0$$

Onde:

R = valor do reajuste;

V = valor contratual a ser reajustado;

I = índice IPCA correspondente ao mês do reajuste;

I₀ = índice IPCA correspondente ao mês do orçamento estimado da contratação.

Os reajustes subsequentes observarão periodicidade mínima de 12 (doze) meses, contados da data do último reajuste concedido.

11. PAGAMENTO

O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de até **10 (dez) dias úteis**, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo fiscal do contrato, após o recebimento definitivo dos materiais.

As despesas decorrentes da contratação correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, conforme o lote correspondente.

A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto, conforme previsto neste Termo de Referência.

A Nota Fiscal/Fatura deverá estar acompanhada da comprovação da regularidade fiscal da contratada, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou apresentação da documentação pertinente, quando aplicável.

O gestor do contrato deverá verificar se a Nota Fiscal/Fatura contém os elementos necessários, tais como:

- data de emissão;
- dados da contratada e da Contratante;
- descrição dos itens fornecidos;
- valor total a pagar;
- dados bancários para pagamento;
- destaque das retenções tributárias cabíveis, quando houver.

Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a regularização, sem ônus para a Contratante.

O pagamento somente será efetuado caso seja verificado o cumprimento integral das obrigações contratuais, especialmente quanto à:

- entrega dos itens conforme especificações;
- qualidade dos materiais fornecidos;
- conformidade com os quantitativos contratados.

Será considerada como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária em favor da contratada.

12. SANÇÕES

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Nos termos da Lei nº 14.133/2021, especialmente art. 92, inciso XIV, comete infração administrativa o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a licitação ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

Sanções Aplicáveis

Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções:

I – **Advertência**, quando houver inexecução parcial de menor gravidade, nos termos do art. 156, §2º;

II – **Impedimento de licitar e contratar**, nos termos do art. 156, §4º;

III – **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, nos termos do art. 156, §5º;

IV – **Multa**, nas seguintes modalidades:

- **moratória**: 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- **compensatória**: 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total, ou sobre a parcela inadimplida, no caso de inexecução parcial.

Disposições

A aplicação das sanções:

- não exclui a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração (art. 156, §9º);
- poderá ocorrer cumulativamente com a multa (art. 156, §7º);
- será precedida de processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis (art. 157).

Caso o valor da multa e das indenizações ultrapasse o montante devido à contratada, a diferença poderá ser:

- descontada de eventuais créditos; ou
- cobrada judicialmente.

A aplicação das sanções observará:

- a natureza e gravidade da infração;
- as circunstâncias do caso concreto;
- os danos causados à Administração;
- eventuais circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- a existência de programa de integridade, quando aplicável.

13. HABILITAÇÃO

Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação

Habilitação Jurídica

- **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- **Microempreendedor Individual (MEI):** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI), cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- **Sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada (EIRELI):** ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório dos seus administradores;
- **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- **Cooperativa:** ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivados na Junta Comercial ou inscritos no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) ou DAP-P válida, ou outros documentos definidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social, conforme Decreto nº 11.802/2023.

Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

- Comprovação de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- Comprovação de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- Prova de regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, conforme legislação vigente;
- Certidão de Regularidade do FGTS, que comprove o cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação da Certidão de Regularidade de Débito (CNDT), comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho. Também é admitida a comprovação por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
- Consulta ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (CADIN).

Requisitos de Qualificação Técnica

- Declaração de que fornece os produtos objeto desta contratação.

Declarações

Os licitantes deverão apresentar, junto com a documentação de habilitação, as seguintes declarações:

- Declaração de que não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer atividade, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, conforme inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
- Declaração de que cumpre as exigências legais de reserva de cargos para pessoas com deficiência e para reabilitados da Previdência Social, nos termos do art. 63, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021;
- Declaração de que não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante, ou com agente público que atue na licitação, fiscalização ou gestão do contrato, nem que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, conforme art. 14, IV, da Lei nº 14.133/2021;
- Declaração de que atende a todos os requisitos de habilitação, sendo o declarante responsável pela veracidade das informações prestadas, conforme art. 63, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

14. RECURSO ORÇAMENTARIO

As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Conselho Regional de Medicina do Estado de Rondônia – CREMERO para o exercício de 2026, conforme abaixo:

- Dotação Orçamentária: 6.2.2.1.1.33.90.30.004 – Material de Expediente (Lote I – Material de Expediente);
- Dotação Orçamentária: 6.2.2.1.1.33.90.30.008 – Material de Limpeza (Lote II – Material de Limpeza);
- Dotação Orçamentária: 6.2.2.1.2.44.90.52.003 – Equipamentos e Utensílios / Bens Permanentes (Lote III – Equipamentos e Utensílios de Limpeza).

15. VALOR ESTIMADO

O valor total estimado da contratação é de **R\$ 22.590,72 (vinte e dois mil, quinhentos e noventa reais e setenta e dois centavos)**.

Os valores constantes nas estimativas foram obtidos por meio de pesquisas de preços nos sites governamentais — Banco de Preços e Pannel de Preços.

16. Benefícios da LC 123/06

Benefícios da LC 123/06

Aplica-se, no que couber, a legislação pertinente a participação de Microempresa - ME e Empresa de pequeno porte - EPP, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo do objeto, o que será definido em Edital.

PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS REUNIDAS SOB A FORMA DE CONSÓRCIO.

Haja vista que o objeto a ser executado não apresenta questões de alta complexidade técnica e, portanto, não necessita o seu parcelamento, assim como o Poder Público, na condição de Contratante, é dotado de prerrogativa para a admissão, ou não, de consórcios em licitações por ela promovidas, conforme literalidade do art. 15 da Lei Federal nº 14.133/21 e entendimento do Acórdão nº. 1.316/2010 do TCU, fica vedada a participação de empresas reunidas sob a forma de consórcio.

17. CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei Federal n. 14.133/2021, e demais normas aplicáveis.

18. Disposições Gerais

Rege-se este instrumento pelas normas e diretrizes estabelecidas na Lei Federal nº14.133/21, Instrução Normativa nº5/2017 /MPOG e alterações, e outros preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e disposições de direito privado.

Nas comunicações do CREMERO com a CONTRATADA, deverá ser feitas por e-mail, a Contratada deverá acusar o recebimento em até 02 (dois) dias úteis, a contar da data de envio, findo esse prazo, e não havendo retorno da Contratada, daremos por recebida a comunicação. Se houver mudança de e-mail, fica a cargo da CONTRATADA informar a CONTRATANTE, no prazo de até 02 (dois) dias úteis o ocorrido.

Não serão aceitas alegações futuras, declaração de desconhecimento de fatos, estados, totalidades, partes ou detalhes que impossibilitem ou dificultem a entrega do objeto deste Termo de Referência. Nenhuma reivindicação adicional de pagamento ou reajustamento de preços será considerada.

As omissões dúvidas e casos não previstos neste instrumento serão resolvidos e decididos aplicando as regras contratuais e a Lei nº14.133/21 e suas alterações, e/ou subsidiariamente no disposto acima, caso persista a pendência pelos Técnicos desta unidade .

Os produtos ofertado deverá atender aos dispositivos da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e às demais legislações pertinente.

E-mail para contato: assessoriaogvlicitacao@cremero.org.br e licitacao@cremero.org.br

19. INSTRUMENTO CONTRATUAL

O instrumento contratual decorrente da presente contratação será formalizado por meio de **Termo de Contrato**, a ser elaborado pelo Setor de Licitações do Conselho Regional de Medicina do Estado de Rondônia – CREMERO, com posterior análise de legalidade pela Assessoria Jurídica.

A assinatura do contrato será realizada exclusivamente por meio eletrônico, via Sistema Eletrônico de Informações – SEI/RO, sistema oficial adotado pelo CREMERO para formalização de seus atos administrativos.

A empresa vencedora será formalmente convocada para assinatura do contrato.

A adjudicatária deverá possuir cadastro como Usuário Externo no SEI/RO. Caso não possua, deverá providenciá-lo previamente, como condição indispensável à formalização do contrato, sem prejuízo do prazo estabelecido para assinatura.

A adjudicatária terá o prazo de **02 (dois) dias úteis** para assinatura do contrato, contados do recebimento da comunicação oficial, que poderá ocorrer por meio eletrônico, inclusive via e-mail ou aplicativo de mensagens.

A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato no prazo estabelecido, dentro da validade de sua proposta, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades previstas na legislação vigente, especialmente na Lei nº 14.133/2021.

O Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito ao contraditório e à ampla defesa.

A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa, conforme previsto no art. 104 da Lei nº 14.133/2021.

20. Anexo I - Modelo de proposta

(apresentar em papel timbrado da licitante)

PROCESSO ELETRÔNICO SEI Nº26.22.00000-339-4

DADOS DO PROPONENTE:

Razão Social:	
CNPJ:	Telefone/Celular:
Endereço:	CEP:
E-mail:	

DADOS DO REPRESENTANTE DA EMPRESA:

Nome:		
Endereço:		
CEP:	Cidade:	UF:
CPF:	Cargo/Função:	
RG nº.:	Expedido por:	
Naturalidade:	Nacionalidade:	

DADOS BANCÁRIOS:

Banco:
Conta Corrente:
Agência

LOTE I – MATERIAL DE EXPEDIENTE

ITEM	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Pasta tipo AZ lombo largo – Medindo aproximadamente 285 mm x 350 mm, lombada de 70 mm, tamanho ofício, com bolsa plástica transparente para etiqueta (etiqueta inclusa), ferragem tipo alavanca e compressor em metal cromado não oxidável, com orifício na lombada e ponteiros metálicos nas partes inferiores. Confeccionada em papelão rígido, revestimento interno e externo em plástico resistente, cor preta.	Unidade	30		
02	Tesoura multiuso – Tesoura de uso geral em aço inoxidável, sem ponta, cabo em polipropileno, indicada para uso em escritório. Dimensões aproximadas: 27,5 cm x 10 cm.	Unidade	20		
03	Papel sulfite A4 75 g/m² – Caixa contendo 10 resmas com 500 folhas cada (total de 5.000 folhas). Dimensões A4 (210 x 297 mm). Papel de boa qualidade para impressões nítidas e compatível com impressoras e copiadoras.	Caixa	15		
04	Caneta marca-texto – Cor amarela, ponta larga aproximada de 4 mm, tinta que não mancha o verso da folha. Fornecimento em caixas com 12 unidades.	Caixa	10		
05	Fita adesiva transparente – Dimensões aproximadas de 45 mm x 100 m. Embalagem contendo 4 rolos. Material em filme plástico transparente de alta resistência.	Unidade	10		
06	Fichário de mesa A4 ordem alfabética – Estrutura em aço resistente, tampa em poliestireno, capacidade para até 500 fichas 5x8 (12,7 cm x 20,4 cm). Dimensões aproximadas: 27 cm (comprimento) x 23 cm (largura) x 15 cm (altura). Acompanha divisória interna móvel e índices alfabéticos A–Z.	Unidade	30		

LOTE II – MATERIAL DE LIMPEZA

ITEM	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Papel toalha – Folha dupla, cor branca, multiuso e resistente, medindo aproximadamente 19 cm x 22 cm. Fornecimento em fardo contendo 12 pacotes com 2 rolos cada.	Fardo	30		
02	Papel higiênico – Folha dupla, macio, alta absorção, 100% fibras celulósicas, solúvel em água, dimensões aproximadas de 10 cm x 60 m. Pacote contendo 12 rolos. Fardo com 4 pacotes.	Fardo	20		
03	Desodorizador de ambiente spray – Aroma agradável, embalagem de aproximadamente 360 ml, livre de CFC. Fornecimento em caixas contendo 12 unidades.	Caixa	05		
04	Detergente Neutro 500ml Líquido - Modelo : Neutro, Formato: Líquido , Tipo de embalagem: Squeeze - Volume líquido: 500 mL - caixa com 24 unidades cada	Caixa	05		
05	Desinfetante multiuso – Produto biodegradável, aroma agradável, embalagem de 500 ml, com registro na ANVISA. Validade mínima de 12 meses a partir da entrega.	Unidades	30		
06	Sabão em pó – Produto concentrado e biodegradável, embalagem de 5 kg, contendo identificação do fabricante, composição, lote e validade mínima de 12 meses.	unidade	15		
07	Pedra sanitária – Peso aproximado de 25 g, com gancho e rede de proteção, aromas variados. Cartela contendo 12 unidades. Produto com identificação do fabricante, data de fabricação e validade.	Cartela	20		
08	Pano de chão – Confeccionado em 100% algodão cru, dimensões mínimas aproximadas de 76 cm x 48 cm.	unidade	80		
09	Naftalina (embalagem de 50gr) Largura: 2 cm, Comprimento: 2 cm, Diâmetro: 2 cm, A , Material com pedra, Cor: Branca	unidade	100		
10	Desumidificador anti-mofo – Embalagem em pote com peso aproximado de 180 g, aroma variado. Dimensões aproximadas: 11 cm x 8 cm x 15 cm.	Unidade	50		
11	Esponja de limpeza dupla face – Fabricada em poliuretano e fibra sintética, bactericida, medidas aproximadas de 110 mm x 75 mm x 20 mm. Pacote contendo 4 unidades.	Pacote	12		
12	Inseticida aerossol – À base de água, sem cheiro, sem CFC, com registro na ANVISA. Embalagem aproximada de 380 ml. Validade mínima de 12 meses. Caixa com 12 unidades.	Caixa	3		
13	Saco para lixo 100 litros – Cor preta, dimensões aproximadas de 75 cm x 105 cm, em polietileno resistente. Fardo contendo 100 unidades.	Fardo	20		
14	Saco para lixo 30 litros – Cor preta, dimensões aproximadas de 39 cm x 58 cm, confeccionado em polietileno resistente. Fardo contendo 100 unidades.	Fardo	20		
15	Saco para lixo 50 litros – Cor preta, dimensões aproximadas de 63 cm x 80 cm, confeccionado em polietileno resistente. Fardo contendo 100 unidades.	Fardo	20		

LOTE III – EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS DE LIMPEZA

ITEM	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Lavadora alta pressão - Potência Mínima: 1.400W , Frequência: 60Hz ,Pressão: 1.500 PSI, Vazão Mínima 330l/h, Bico com jato regulável, Mangueira de Nylon comprimento Mínimo 5 metros, Conexão por engate, Motor Universal, Filtro de água, Classe de isolamento II, Índice de Proteção: IPX5, COR: Variada Certificada por INMETRO	unidade	01		
	Carrinho de transporte – Capacidade mínima de 150 litros e carga entre 100 kg e 120 kg. Estrutura em aço carbono com tratamento anticorrosivo. Rodas resistentes (02				

02	fixas e 02 giratórias) com movimentação suave. Dimensões aproximadas: comprimento 900–1080 mm, largura 520–610 mm, altura 950–1050 mm.	unidade	01		
03	Aspirador de pó – Capacidade mínima de 30 litros, potência mínima de 2000 W, alimentação elétrica com fio, voltagem bivolt, nível de ruído aproximado de 82 dB. Dimensões aproximadas: 41 cm x 28 cm x 22 cm.	Unidade	02		
04	Esfregão rotativo tipo Mop – , em microfibra super pluma macia e deslizante com balde em polipropileno com cesto para centrifugação, giratorio em 360° , cabo em aço inoxidável, cabo para centrifugação , giratório em 360°, cabo em 180°, base esfregão e 2 refis de microfibra base de MICROFIBRA, ALCANCE DE 124 CM. DIMENSÃO APROXIMADA DE 24CMX43.5CMX22CM. KIT CONTENDO BALDE COM ALÇAS FLEXÍVEIS, CABO, BASE ESFREGÃO E 2 REFIS DE MICROFIBRA. CAPACIDADE DE 8 LITROS. PRODUTO DEVIDAMENTE IDENTIFICADO. COR CINZA.	Unidade	04		
05	Máquina de Lavar 12kg Branco - 110V - Capacidade de lavagem 12 kg Programas mínimo 10 programas, Níveis de água - 4 níveis, Material do cesto Inox com base de plástico, Display - Digital, Visualizados de etapas de lavagem - sim, Abertura tampa - Superior, Pés Niveladores - sim, Dispenser para alvejante, sabão em pó e/ou Líquido, amaciante - sim, Desligamento automático - Sim, Enxague - sim, Molho - sim, Altura - 101 cm, Largura - 58cm, Profundidade - 60cm , Peso Mínimo 32kg, Origem - Nacional , Potência 110v/220v, Garantia 01 ano, 01 mangueira de entrada, 01 copo dosador e manual de instruções	Unidade	01		

21. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JOAO PAULO CUADAL SOARES

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 20/05/2026 às 17:28:55.

HELIO SOBRAL DE CARVALHO JUNIOR

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 19/05/2026 às 15:01:59.

LARISSA KLINGENFUS MOITINHO

Assessora de Governança



Assinou eletronicamente em 19/05/2026 às 14:53:07.

21. anexo II - MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO, QUE FAZEM ENTRE SI CELEBRAM O
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DE RONDÔNIA - CREMERO E A
EMPRESA xxxxxxxxxxxx

O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA- CREMERO, autarquia federal da administração indireta, com sede na Avenida dos Imigrantes, n. 3414, Bairro Liberdade, Porto Velho – Rondônia, inscrito no CNPJ/MF sob n. 15.848.351/0001-24, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo **Dr. João Paulo Cuadal Soares**, brasileiro, médico, residente e domiciliado nesta Capital, eleito regimentalmente para o cargo de Presidente, conforme Ata 6ª Sessão Plenária Ordinária do CREMERO/2025 - Quinquênio 2023/2028, e a **EMPRESA xxxxxxxx**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob **nxxxxxxxxxxx**, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, neste ato representada **por xxxxxxxxxxxx, brasileiro(a)** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente **Dispensa eletrônica Nº XXXXXX/2025**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente instrumento é a Aquisição de materiais de consumo (limpeza e expediente) e de bens permanentes de pequeno e médio porte, destinados ao atendimento das necessidades administrativas e operacionais do Conselho Regional de Medicina do Estado de Rondônia – CREMERO.

ITEM	DESCRIÇÃO	QT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

O Termo de Referência;

A Proposta do contratado;

Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

O prazo de vigência da contratação é de 12 **(doze) meses** contados a partir da data de sua assinatura do contrato.

Podendo ser prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

O valor total da contratação será de **R\$ xxxxxxxxxxx (XXXXXXXXXXXXX)**, sendo pago conforme proposta.

Parágrafo único. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias, diretas e indiretas, decorrentes da execução do objeto, abrangendo tributos, impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, bem como taxa de administração, frete, seguro e quaisquer outros custos necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

Os preços inicialmente contratados serão fixos e irreajustáveis pelo prazo de 12 (doze) meses, contados a partir da data do orçamento estimado, conforme apresentado na proposta de preços.

Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo (s).

Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE/CREMERO

São obrigações do Contratante:

Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO

Não haverá exigência de garantia contratual da execução

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, conforme descrita no Termo de referência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

conforme descrita no Termo de referência.

O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Dotação Orçamentaria: XXXXXXXXXXXX

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

DA PROTEÇÃO DE DADOS

A CONTRATADA obriga-se a cumprir integralmente a Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei 13.709/2018), garantindo confidencialidade e segurança das informações dos candidatos e do certame, respondendo integralmente por eventuais danos decorrentes do uso inadequado ou vazamento de dados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo será assinado eletronicamente pelos contraentes, depois de lido e achado em ordem.

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA - CREMERO

CNPJ/MF sob n. 15.848.351/0001-24

JOÃO PAULO CUADAL SOARES